



Conselho Regional de Química da 12ª Região

Plenário
Diretoria
Presidência
Gerência Administrativa
Gestão de Compras

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 2800.12.00009.2026

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A contratação consiste na aquisição de máquinas e equipamentos de informática destinados a atender às demandas operacionais, administrativas e tecnológicas da instituição, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO(R\$)
1	604682	IMPRESSORA ECOTANK BIVOLT EPSON L3250 MULTIFUNCIONAL USB e Wi-Fi DIRECT + 10 (DEZ) GARRAFA DE TINTA PARA ECOTANK PRETO T544- T54412-BR Requisitos: <ul style="list-style-type: none">- Fonte de alimentação externa Bivolt (100V -240V) com plugue padrão brasileiro de 3 pinos (NBR 14136);- Funcionalidade 3 em 1 (imprime, copia e digitaliza);- Conexão Wireless e USB 2.0 de alta velocidade;- Inclui garrafa de tinta preta T544122-BR, garrafa de tinta ciano T5444222-BR, garrafa de tinta magenta T-544322-BR, garrafa de tinta amarela T-544422-BR ;- Compatibilidade: Windows, Mac, Linux;- Inclui cabo de alimentação e cabo USB;- Resolução de impressão (dpi): 5.760 x 1.440 dpi;- Dimensões: Largura: 37,5 cm, Profundidade:34,7 cm e Altura: 17,9 cm;- Peso: 3,9 kg. Garantia mínima: <ul style="list-style-type: none">- 24 (vinte e quatro) meses. GARRAFA DE TINTA PARA ECOTANK PRETO T544 - T54412-BR	UND	10	R\$ 2.100,21	R\$ 21.002,06

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO(R\$)
		Requisitos: - Original de fábrica (mesma marca que a impressora); - 65 ml; - Cor preta; -Compatibilidade com L3110, L3150, L3210, L3250, L5190. Garantia mínima: - 12 (doze) meses.				
2	603262	MOUSE SEM FIO COM CONEXÃO BLUETOOTH E USB Requisitos: - Cor preta ou grafite; - Conectividade sem fio com suporte obrigatório a Bluetooth e conexão via receptor USB; - Alcance sem fio mínimo de 8 (oito) a 10 (dez) metros; - Sensor óptico de alta precisão com rastreamento de no mínimo, 1600 DPI; - Tecnologia de redução de ruído (clique silencioso) para melhor conforto acústico no ambiente; - Ergonomia: tamanho médio/grande visando o conforto em jornadas prolongadas; - Alimentação por bateria AA com duração mínima de 12 (doze) meses; - Projetado para usuários canhotos e destros - Compatibilidade com Windows, macOS, Linux, ChromeOS. Garantia mínima: - 12 (doze) meses de garantia básica. Modelos de Referência: - Mouse sem fio Logitech Signature M650L, Bluetooth e USB, cor grafite - Mouse sem fio Logitech Signature M550L, Conexão Bluetooth ou USB Logi Bolt - Mouse sem Fio, Dell, Ms3320w - 1600dpi - Bluetooth ou Receptor USB	UND	15	R\$ 228,57	R\$ 3.443,53
3	293283	KIT: MOUSE E TECLADO SEM FIO Requisitos: - Cor preta; - Teclado ABNT2 e mouse sem fio com conexão USB;	UND	15	R\$ 285,95	R\$ 4.289,25

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO(R\$)
		<ul style="list-style-type: none"> - Duração de bateria de teclado e mouse, no mínimo 12 (doze) meses; - Pilhas inclusas; - Teclado silencioso; - Indicador luminoso de status das teclas de bloqueio; - Mouse projetado para usuários canhotos e destros; - Compatibilidade Windows 7, 10, 11 ou superiores. <p>Garantia mínima:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 24 (vinte quatro) meses. <p>Modelos de Referência:</p> <ul style="list-style-type: none"> - KM5221W da fabricante Dell cor preta - Combo Teclado e Mouse sem fio Logitech MK540 cor preta 				
4	443472	<p>PEN DRIVE 64 GB</p> <p>Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de armazenamento de 64 GB - Interface de conexão USB 3.2 Gen 1 (ou superior), retrocompatível com USB 2.0; - Design compacto; - Deve possuir, no mesmo corpo, um conector USB Tipo-A e um conector USB Tipo-C; - Velocidade de transferência de, no mínimo, 100 MB/s. <p>Garantia mínima:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 3 (três) meses. <p>Modelos de referência:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Kingston Data Traveler MicroDuo 64GB USB 3.2 (Tipo C e Tipo A). - Sandisk 64GB USB A/C 3.2 gEN 1 100MBS preto 	UND	10	R\$ 142,76	R\$ 1.427,60
5	449962	<p>FRAGMENTADORA DE PAPEL COM CAPACIDADE DE FRAGMENTAÇÃO DE 10 A 20 FOLHAS, 220 V</p> <p>Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fonte de alimentação externa 220V com plugue padrão brasileiro de 3 pinos (NBR 14136); - Capacidade mínima de 10 folhas; - Capacidade de fragmentar papel, cartão de crédito, CD, DVD, pequenos grampos e cliques; 	UND	2	R\$ 1.834,85	R\$ 3.669,70

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO(R\$)
		<ul style="list-style-type: none"> - Cesto removível com capacidade de no mínimo 20 litros; - Tipo de corte: mini corte cruzado em partículas, nível de segurança P4; - Sensor de presença de papel, - Sensor de cesto cheio ou desalinhado; - Proteção contra superaquecimento e sobrecarga; - Reversão manual e automática. <p>Garantia mínima:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 12 (doze) meses. <p>Modelos de Referência:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fragmentadora de papel Aurora 18 folhas, corte partículas 4 X 31, 220V - Fragmentadora de papel Tander 150 Folhas 60hz 220V - Fragmentadora de papel Techfix 110 folhas auto 10 folhas manual 				
6	618644	<p>NOTEBOOK PADRÃO CORPORATIVO ROBUSTO</p> <p>Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cor: preto ou prata; - Fonte de alimentação externa bivolt (100V -240V) com plugue padrão brasileiro de 3 pinos (NBR 14136); - Windows 11 Pro; - Processador: Intel Core Ultra Série 1 ou superior, AMD Ryzen ZEN 5/AI ou superior, com 8 núcleos ou superior; - Placa de rede que inclui Wi-Fi e Bluetooth com antena interna; - Conectividade thunderbolt4 ou USB4 com suporte para dock com alimentação própria e monitores via via USB tipo C, - Memória de no mínimo 16GB; - Armazenamento SSD de no mínimo 512GB com velocidade compatível com NVMe4; - Possuir no mínimo 4 portas USB no total, sendo pelo menos 3 integradas ao chassi do notebook e as demais podendo ser disponibilizadas através da Estação de Acoplamento (Docking Station); - Porta de rede gigabit ethernet; - Conectividade compatível com as estações de acoplamento (docking stations) descritas neste anexo via porta USB-C/Thunderbolt; - Webcam: Resolução mínima Full HD (1080p) 	UND	12	R\$ 6.344,79	R\$ 76.826,06

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO(R\$)
		<p>Garantia mínima:</p> <p>- 24 (vinte e quatro) meses.</p> <p>Modelos de Referência:</p> <p>- Notebook Yoga Slim 7i Intel Core Ultra 5, 16GB, 512GB SSD Intel Arc Graphics, 14" W11;</p> <p>- Notebook Acer Aspire 16 A16-71M-51UQ Intel Core Ultra 5, 16GB RAM, 1TB SSD, 16"" WUXGA Led, IPS, 60Hz, Window 11;</p> <p>- Notebook ASUS Vivobook S14, Intel Core Ultra 5, 16GB, 512GB SSD, Windows 11, 14" FHD+, Matte Gray</p> <p>- Notebook Dell 14 DC14250;</p> <p>- Notebook HP IA PC Probook 14" 440 G11 I Intel Core Ultra 5-125u, 16GB RAM, SSD 512GB, Windows 11;</p>				
7	619309	<p>NOTEBOOK DE ALTO DESEMPENHO COM FUNCIONALIDADE HÍBRIDA (2 EM 1) CONVERSÍVEL EM TABLET + 1 (UMA) CANETA COMPATÍVEL COM NOTEBOOK 2 EM 1</p> <p>Requisitos:</p> <p>- Cor: preto ou prata;</p> <p>- Fonte de alimentação externa bivolt (100V -240V) com plugue padrão brasileiro de 3 pinos (NBR 14136);</p> <p>- Windows 11 Pro;</p> <p>- Processador Core 7 150U, Ultra série 1 ou superior ou processador AMD RYZEN zen 5/AI ou superior;</p> <p>- Placa de rede que inclui Wi-Fi e Bluetooth com antena interna;</p> <p>- Tela sensível ao toque (Touchscreen), tamanho entre 13.3" e 14", resolução Full HD (1920x1080) ou superior;</p> <p>- Conectividade thunderbolt4 ou USB4 com suporte para dock com alimentação própria e monitores via via USB tipo C;</p> <p>- Memória de no mínimo 16 GB;</p> <p>- Armazenamento SSD de no mínimo 512GB com velocidade compatível com NVME4;</p> <p>- 3 portas USB ou mais;</p> <p>- Porta de rede gigabit ethernet;</p> <p>- Webcam: Resolução mínima Full HD (1080p)</p> <p>- Acompanhar caneta com tecnologia de escrita ativa (AES 1.0/2.0, WGP ou MPP) de alta precisão do mesmo fabricante do</p>	UND	10	R\$ 8.064,55	R\$ 82.340,90

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO(R\$)
		<p>notebook como um kit e ser compatível com o sistema operacional Windows</p> <p>Garantia mínima: - 24 (vinte e quatro) meses.</p> <p>CANETA COMPATÍVEL COM NOTEBOOK - O fornecedor deve garantir a compatibilidade total entre a caneta e o digitalizador da tela do equipamento; - Permitir a substituição da ponta (ponteira) em caso de desgaste, devendo o equipamento vir acompanhado de pelo menos 01 (uma) ponta reserva e ferramenta para troca; - Bateria interna recarregável via porta USB-C ou alimentação por pilha com autonomia mínima de 6 (seis) meses de uso; - Ser 100% compatível com o protocolo de tela do notebook 2 em 1 ofertado, garantindo escrita fluida e sem atraso (AES 1.0/2.0, WGP ou MPP).</p> <p>Modelos de Referência: - Notebook 2 Em 1 Dell Inspiron 2in1-i150u-m50 14" Fhd+ Touch Intel® Core™ 7 150u 16gb 1TB SSD WINDOWS 11 Prata Gelo - Caneta ativa Dell Pro Plus - PN5122W - Notebook Hp Omnibook X Flip 2 Em 1 14-fm0023dx Ultra7 Touch - Caneta múltipla recarregável HP 700 compatível com carregamento USB-C - Lenovo Yoga 7 2 em 1 - Intel Core Ultra 7 155U 12 núcleos, 16 GB LPDDR5x-7467 RAM, SSD de 1 TB, placa gráfica Intel integrada, WUXGA de 16 polegadas (1920 x 1200) IPS 300 nits, multitoque brilhante - Caneta de carregamento Stylus Lenovo Precision Pen 2 Usbc Cinza</p>				
8	486317	<p>ACCESS POINT U6 PRO UBIQUITI + FONTE DE ALIMENTAÇÃO UBIQUITI (INJETOR POE GIGABIT), 48V/24W COMPATÍVEL COM AP UNFI U6-PRO</p> <p>Requisitos: - Fonte de alimentação externa bivolt (100V -240V) com plugue padrão brasileiro de 3 pinos (NBR 14136); - Access Point Wi-Fi 6 de alto desempenho para montagem em teto e</p>	UND	1	R\$ 1.869,45	R\$ 1.869,45

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO(R\$)
		projetado para ambientes corporativos; - Características: Suporte a Wi-Fi 6 (Bandas 2.4 e 5 GHz); - Throughput Agregad de 5.3 Gbps; - Injetor PoE Gigabit, 48V/24W. Garantia mínima: - 12 (doze) meses.				
9	261091	SWITCH TP-LINK 8 PORTAS 10/100/1000 mbp Requisitos: - Fonte de alimentação externa bivolt (100V -240V) com plugue padrão brasileiro de 3 pinos (NBR 14136); - No mínimo 08 portas RJ45 10/100/1000 Mbps com autoneociação; - Características: Suporte a Wi-Fi 6 (Bandas 2.4 e 5 GHz); - Throughput Agregad de 5.3 Gbps; - Injetor PoE Gigabit, 48V/24W. Garantia mínima: - 12 (doze) meses	UND	6	R\$ 201,71	R\$ 1.222,58
10	460039	MONITOR COM TECNOLOGIA IPS DE 21" OU SUPERIOR Requisitos : - Fonte de alimentação externa bivolt (100V -240V) com plugue padrão brasileiro de 3 pinos (NBR 14136); - Monitor 21" ou superior; - Monitor LED/LCD com tecnologia IPS ou superior; - Resolução mínima 1080p, 1440p ou 2160p; - Taxa de atualização de 120hz ou superior; - Entrada HDMI ou DisplayPort. Garantia mínima do monitor: - 12 (doze) meses. Modelo de Referência: - Monitor Gamer Philips Evnia 23,8" IPS FHD, 200Hz, 0,3ms, Base Ajustável, DisplayPort; - Monitor Gamer AOC 24" Full HD 180Hz Gaming G4 24G4/P HDMI DisplayPort Base Ajustável; - Monitor Gamer LG UltraGear 24" 24GS60F-B IPS Full HD 180Hz HDR10 HDMI DisplayPort;	UND	21	R\$ 1.115,91	R\$ 24.659,11

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO(R\$)
11	628830	<p>ESTAÇÃO DE ACOPLAMENTO (DOCKING STATION) COM ALIMENTAÇÃO PRÓPRIA E TECNOLOGIA THUNDERBOLT 4 UNIVERSAL</p> <p>Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Interface Host: Tecnologia Thunderbolt 4 ou USB4, com total compatibilidade retroativa com Thunderbolt 3 e USB-C (DisplayPort Alt Mode); - Capacidade de Vídeo: Suporte nativo para no mínimo 2 monitores externos simultâneos com resolução mínima de 4K (3840 x 2160) a 60Hz em cada tela; - Segurança: Deve possuir slot para trava de segurança padrão Kensington (K-Slot ou NanoSaver); - Fonte de Alimentação: Externa, de no mínimo 135W, bivolt automática (127V/220V); - Cabo de Força: Padrão brasileiro de 3 pinos conforme NBR 14136; - Carregamento do Host: Capacidade de fornecimento de energia (Power Delivery) de no mínimo 90W constantes para o notebook conectado via cabo único; - Vídeo: No mínimo 02 saídas de vídeo digitais, sendo obrigatoriamente compostas por portas DisplayPort (1.4) e/ou HDMI (2.0/2.1); - Dados USB: Mínimo de 04 portas USB, devendo haver uma mistura de USB-A e USB-C, com velocidade mínima de 10Gbps (USB 3.2 Gen 2) em pelo menos duas delas; - Rede: 01 Porta RJ-45 Gigabit Ethernet (10/100/1000 Mbps).Áudio: 01 Porta combo jack 3.5mm (P2) para fone de ouvido e microfone. <p>Garantia mínima:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 24 (vinte quatro) meses. <p>Modelo de Referência:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Docking station inteligente Dell Pro Thunderbolt 4 - SD25TB4; - ThinkPad Thunderbolt 4 Universal Dock. 	UND	10	R\$ 1.899,20	R\$ 18.391,98
12	463093	<p>PURIFICADOR DE ÁGUA</p> <p>Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 220 volts com plugue padrão brasileiro de 3 pinos (NBR 14136); - Água gelada e natural; 	UND	2	R\$ 1.298,75	R\$ 2.597,50

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO(R\$)
		<ul style="list-style-type: none"> - Sistema de refrigeração por compressor; - Elemento Filtrante (Refil) com sistema de dupla filtragem (polipropileno e carvão ativado com prata coloidal) com capacidade de retenção de partículas e redução de cloro livre; - Vida útil do elemento filtrante de 6 a 12 meses; - Troca de filtro com sistema de substituição simplificada; - Capacidade mínima de 2 Lt de água refrigerada (água gelada abaixo de 10°C); - Deverá acompanhar kit de instalação completo (mangueira, adaptador para ponto de água, buchas e parafusos para fixação em parede, se aplicável); - Acionamento por meio de torneiras, botões ou teclas de fluxo contínuo ou controlado; - Altura da bica que permita enchimento de copos e garrafas (mínimo de 14 cm de altura livre). <p>Garantia mínima:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 12 (doze) meses. <p>Modelo de Referência:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Purificador de água Everest Star 220v cor branco ou prata; - IBBL FR600 Exclusive 220v cor branco ou prata. 				
VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)						R\$ 239.142,16

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme [Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021](#).

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias contados da emissão e recebimento da ordem de fornecimento pela contratada (encaminhada via e-mail) , na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. O proponente deve apresentar junto com sua proposta catálogo, prospectos ou fichas técnicas do fabricante dos equipamentos que informe todas as especificações técnicas e garantia do produto, comprovando que os produtos atendem a todas as especificações exigidas neste Termo de Referência. Também deverá informar o número de referência do modelo ofertado.

1.6. Em caso de divergência entre as especificações dos itens no CATMAT/SIASG e as especificações dos itens no Termo de Referência, prevalecem as especificações do Termo de Referência.

1.7. Todos os materiais a serem fornecidos deverão ser novos, de boa qualidade e respeitar os critérios de validade e garantia.

1.8. Não será aceita a troca de marca ou modelo ofertado após a apresentação da proposta.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratações (PAC) 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I - Ano PCA: 2026;
- II - Publicação: [Portal da Transparência do CRQ-12](#);
- III - Data de publicação: 15 de dezembro de 2025;
- IV - Id do item no PCA: 065/2025 e 098 a 111/2026;
- V - Classe/Grupo: Material Permanente/ Equipamento de Informática / Material e Suprimento de Informática, Maquina e Equipamento.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Só será admitida a oferta de bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

4.1.2. Além do atendimento à Diretiva RoHS, a contratada deverá comprovar que os produtos fornecidos possuem certificação de eficiência energética (Energy Star ou Procel Nível A, conforme o caso), devem estar acompanhados de declaração ou certificado que comprove a participação do fabricante em sistemas de Logística Reversa no Brasil, utilizar embalagens prioritariamente compostas por materiais reciclados e totalmente recicláveis e possuir registro no sistema EPEAT, comprovando critérios socioambientais na cadeia de produção.

4.1.3. Quanto aos purificadores de água, alinhado ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, o objeto deverá possuir obrigatoriamente o Selo Procel Nível A, garantindo a máxima eficiência energética e redução de gastos públicos com eletricidade. O sistema de refrigeração por compressor deverá utilizar gás de refrigerante livre de CFCs (ecológico), visando a proteção da camada de ozônio. Adicionalmente, o elemento filtrante deve possuir certificação do INMETRO com alta eficiência na redução de cloro e retenção de partículas, assegurando que a durabilidade do insumo (mínimo de 4.000L) contribua para a redução da geração de resíduos sólidos e descarte de polímeros plásticos no meio ambiente.

INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS:

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

- a) Access Point U6 Pro Ubiquiti e fonte de alimentação compatível;
- b) Impressora Ecotank Bivolt Epson L3250 Multifuncional Wi-fi Direct;
- c) Garrafa de Tinta para Ecotank Preto T544122;
- d) Switch TP-Link 8 Portas 10/100/1000 mbp.

SUBCONTRATAÇÃO:

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

5.1. O prazo para entrega dos bens será de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da emissão e recebimento da Ordem de Fornecimento, enviada ao e-mail informado pela Contratada em sua proposta, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível cumprir a entrega na data estipulada, a empresa deverá comunicar as razões com antecedência mínima de **5 (cinco) dias úteis**, para que eventual solicitação de prorrogação seja analisada, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

LOCAIS DE ENTREGA:

5.3. Os itens nº **1 a 11** deverão ser entregues, em dias úteis, das **08h às 17h**, no seguinte endereço: **Rua Amélia Artiaga Jardim, nº 528, Setor Marista, Goiânia, Goiás, CEP 74180-070.**

5.4. Uma unidade do item nº **12** deverá ser entregue, em dias úteis, das **08h às 17h**, nos seguintes endereços:

5.4.1. **Avenida Siqueira Campos, Qd. 201 Sul, Lote 13, Conj. 01, Sala 601, Ed. Cosmopolitan Home Office, Palmas, Tocantins, CEP 77015-200.**

5.4.2. **SRTVS 701, Bloco O, Sala 499A, Edifício Centro MultiEmpresarial, Asa Sul, Brasília, Distrito Federal, CEP 70340-000.**

GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na [Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 \(Código de Defesa do Consumidor\)](#).

5.6. Na hipótese de não haver menção expressa no descritivo do item, disponível no APÊNDICE I deste Termo de Referência, a garantia será de 12 (doze) meses.

5.7. O prazo de garantia do produto começará a contar a partir da data de entrega do material na sede da Contratante.

5.8. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.9. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.10. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.11. A contagem do prazo de garantia será interrompida ante a comunicação da Contratante da necessidade de reparo ou substituição do item fornecido.

5.12. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.13. Comprovação de assistência técnica autorizada pelo fabricante, localizada preferencialmente na cidade de Goiânia, Goiás, ou em raio de até 40 (quarenta) km da sede do CRQ-12, mediante apresentação de declaração do fabricante ou relação disponível no site oficial do fabricante.

5.14. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.15. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.16. Serão cobertos pela Garantia os “vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza”.

5.17. A garantia dos equipamentos abrange a reparação das eventuais falhas e na substituição de peças e componentes originais que apresentem vício, defeito ou desgaste, durante todo o período de vigência da garantia. Os equipamentos deverão apresentar, no período de garantia, os parâmetros mínimos estabelecidos como requisitos para aceitação do produto.

5.18. O prazo de garantia será o estabelecido para cada equipamento na descrição constante no APÊNDICE I do presente Termo de Referência, contados a partir do dia útil subsequente à data do recebimento, e a garantia será prestada nas dependências do CRQ-12 em Goiânia - GO.

5.19. O suporte será dado na modalidade on site, e deverá ter início no dia útil seguinte ao da verificação do problema do equipamento ou componente e notificação à empresa contratada. A contratada deverá manter central de atendimento para abertura de chamados pelo menos no horário de 8h às 17h, de segunda à sexta-feira. A central deverá ser acionada, preferencialmente, por meio de ligação gratuita ou ligação local em Goiânia - GO, podendo a empresa disponibilizar abertura de chamados pela internet. Além disso, as atividades de entrega e prestação de serviços de garantia aos equipamentos deverão ocorrer em dias úteis, no mesmo horário.

5.20. Na abertura do chamado, a contratada deverá fornecer um número de registro diferenciado para acompanhamento de cada equipamento.

5.21. O início de atendimento e da resolução da assistência técnica da garantia será a hora da comunicação feita pelo contratante à contratada, conforme sistema de registro próprio do solicitante, da ligação ou do envio do e-mail.

5.22. A contratada deverá informar na proposta de preços número de telefone ou endereço de site na internet da central de atendimento para abertura de chamados.

5.23. O serviço de garantia será prestado com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para o CRQ-12. Nesse sentido, a garantia deve englobar:

- a) Remoção dos vícios apresentados pelos equipamentos, materiais, bateria e outros componentes;
- b) Solução de problemas e esclarecimento de dúvidas de configuração e de utilização dos equipamentos;
- c) Desgaste, fim de vida útil ou qualquer outro problema relacionado à(s) bateria(s), que nesse caso deve(m) ser substituída(s).

5.24. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.25. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.26. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.27. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

FISCALIZAÇÃO:

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA:

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA:

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

GESTOR DO CONTRATO:

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

RECEBIMENTO:

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO:

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018](#)).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do

contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO:

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de correção monetária.

FORMA DE PAGAMENTO:

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CESSÃO DE CRÉDITO:

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não abrangidas pela [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020](#), dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020](#), em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o

caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. ([Instrução Normativa Nº 53, de 8 de Julho de 2020 e Anexos](#)).

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com fundamento na hipótese do [art. 28, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021](#) que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

FORMA DE FORNECIMENTO:

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) [Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores \(SICAF\)](#);
- b) [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União](#);
- c) [Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União](#).

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

8.13.1. Os documentos poderão ser apresentados na mesma ordem disposta pelo Termo de Referência, a fim de agilizar a conferência.

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.14. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.17. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.19. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.21. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

8.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>.

8.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>;

8.26. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#);

8.27. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da

Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: <https://www.tst.jus.br/certidao1>;

8.28. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.29. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.30. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.31. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ENONÔMICA-FINANCEIRA:

8.32. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.33. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#).

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.34. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.35. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.36. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.37. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.37.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.37.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.37.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.38. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.38.4. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

- 8.38.5. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.38.6. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 8.38.7. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
- 8.38.8. A comprovação de integração das respectivas quotas partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 8.38.9. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta;
- 8.38.10. A última auditoria contábil financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 239.142,16 (duzentos e trinta e nove mil cento e quarenta e dois reais e dezesseis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Conselho Regional de Química da 12ª Região (CRQ-12) para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

- 10.1.1. Centro de Custo: 05.03.02.501 - PROJETO - Aquisição de Equipamentos de Informática.
- 10.1.2. Conta Contábil: 6.2.2.1.2.44.90.52.004 - Equipamentos de Informática.

- 10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.3. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 11.4. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I - **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

IV - **Multa:**

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

I - O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.3 de 10% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.3, a multa será de 10% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.3, a multa será de 10% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

11.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.6.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.6.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.6.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- i) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- j) as peculiaridades do caso concreto;

k) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

l) os danos que dela provierem para o Contratante;

m) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.14. São obrigações do Contratante:

12.14.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência (TR) e seus anexos;

12.14.5. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência (TR);

12.14.6. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.14.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.14.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência (TR);

12.14.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei;

12.14.10. Cientificar a Assessoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

12.14.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

12.14.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano

causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.15. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência (TR) e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.15.13. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

13.15.14. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

13.15.15. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.15.16. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.15.17. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.15.18. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.15.19. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

n) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

o) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

p) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

q) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

r) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

13.15.20. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

13.15.21. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.15.22. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.15.23. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

13.15.24. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.15.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.15.26. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

13.15.27. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.15.28. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.16. O presente Termo de Referência (TR) foi elaborado por Luciana Cardoso Felipe, matrícula nº 1000088, vinculado à Gestão de Compras (GCOMP-12), Fernando Alves Borges, matrícula nº 1000078, vinculado à Gestão de Processos Finalísticos e José Carlos Visnhieski Junior, matrícula nº 1000008, vinculado à Gerência Administrativa, garantindo sua conformidade com a legislação vigente e atendendo às necessidades da Administração.

Goiânia - GO, data da última assinatura.

LUCIANA CARDOSO FELIPPE

Coordenadora da Comissão de Planejamento

[PORTARIA Nº 08/2026](#)

FERNANDO ALVES BORGES

Membro da Comissão de Planejamento

[PORTARIA Nº 08/2026](#)

JOSÉ CARLOS VISNHIESKI JUNIOR

Membro da Comissão de Planejamento

[PORTARIA Nº 08/2026](#)



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Cardoso Felipe, Analista**, em 04/05/2026, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 15 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos Visnhieski Junior, Gerente**, em 04/05/2026, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 15 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Alves Borges, Técnico(a) Administrativo(a)**, em 04/05/2026, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 15 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfg.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0323563** e o código CRC **987B9DF9**.

